**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE \_\_\_\_\_**

**Processo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Indiciado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assunto: \_\_\_\_\_\_\_**

**...** **(nome completo em negrito da parte)**, ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (profissão), portador do CPF/MF nº ..., com Documento de Identidade de n° ..., residente e domiciliado na Rua ..., n. ..., ... (bairro), CEP: ..., ... (Município – UF), por seu advogado, com referência ao processo-crime que lhe move o Ministério Público, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor a presente medida de

**DESAFORAMENTO**

com fundamento no art. [427](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10634089/artigo-427-do-decreto-lei-n-3689-de-03-de-outubro-de-1941) do [Código de Processo Penal](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028351/c%C3%B3digo-processo-penal-decreto-lei-3689-41), pelos seguintes motivos:

1. No dia \_\_\_\_, às \_\_\_\_, na Praça \_\_\_\_, na Comarca de \_\_\_\_, o réu discutiu com a vítima por questões referentes à política local, uma vez que pertenciam a diferentes partidos e tinham interesses antagônicos. Durante a ríspida conversa, o ofendido fez menção de que iria sacar de sua arma, ocasião em que o acusado viu-se obrigado a se defender, desferindo-lhe tiros, que o levaram à morte.

2. Pronunciado pelo MM. Juiz da Comarca por homicídio simples, pretende provar em sessão plenária do Tribunal do Júri a sua inocência, por ter agido em legítima defesa. Entretanto, receia o requerente não haver a devida imparcialidade dos jurados na avaliação do caso que lhes será em breve apresentado.

A vítima e o réu sempre foram pessoas muito conhecidas na comunidade e ambas tinham envolvimento político, porém em partidos opostos. O número de jurados alistados é reduzido e todos, com certeza, conhecem o requerente.

Além disso, os habitantes da Comarca não fazem outra coisa a não ser comentar o acontecimento, além de já haver, cotidiana e insistentemente, pressão sobre os jurados, conhecidos de todos, para julgar em determinado sentido.

3. A pretensão do requerente, pois, é ser submetido a julgamento por um tribunal imparcial, garantia que lhe é constitucionalmente assegurada, devendo obter um veredicto justo, ainda que, porventura, seja condenado.

Não há, na pequena cidade onde mora, situação ideal para que tal decisão ocorra em cenário imparcial (documentos anexos).

Ante o exposto:

Requer a esse Egrégio Tribunal que determine o desaforamento, transferindo-se a competência para o julgamento para Comarca próxima, assegurando-se um julgamento justo.

Termos em que, colhidas as informações do MM. Juiz e ouvida a Procuradoria-Geral de Justiça,

Nestes termos,

pede e espera deferimento.

... (Município – UF), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano).

**ADVOGADO**

OAB n° .... - UF